

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, da Controladora e Consolidadas, em 28 de fevereiro de 2019 e recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) - criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e determinados ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 04.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Financeiras da subsidiária são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representado pelo segmento de serviços de água e o segmento de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, além do segmento Resíduos Sólidos, no município de Varginha, iniciado no ano de 2017. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Ativos financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos e conforme o modelo de negócios. Em 01 de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 09/CPC 48, a Companhia, baseada em seu modelo de negócios, efetuou uma escolha irrevogável de receber fluxo de caixa contratual através dos dividendos, para seu instrumento patrimonial reconhecido a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Já os demais ativos financeiros passaram a ser reconhecidos sob as categorias (i) Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado e (ii) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são subsequentemente, ajustados quando ocorrem variações no seu valor. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando estes títulos são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”.

3.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados ao custo médio ponderado de capital (WACC). O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua subsidiária podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

A Companhia e sua subsidiária avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

(b) Ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para estes ativos, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A Companhia e sua subsidiária avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores dos serviços prestados ou da venda de mercadoria no decurso normal das atividades da empresa, sendo inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Em 01 de janeiro 2018, com a adoção do IFRS 09/CPC 48, a Companhia passou a aplicar o critério de perda de crédito esperada (*impairment*) para o Contas a receber de clientes, conforme descrito na nota 3.23b.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 Ativos financeiros vinculados à concessão

O concessionário reconhece um crédito a receber, quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão destes serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência deste fato, a Companhia reconhece, um ativo financeiro, referente a parcela que excede o prazo dos contratos, cujo valor é descontado com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a Concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível, os investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão.

Também em linha com a Interpretação ICPC 01 e em decorrência dos contratos de concessão firmados, a Companhia reconhece um ativo intangível que está demonstrado pelo valor residual da receita de construção

auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.7.

Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.10 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia. Os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados também compõem o imobilizado, uma vez que foram considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo imobilizado, foram revisadas ao final do exercício de 2018, não sendo necessário ajustes.

3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Em 01 de janeiro de 2018, com a adoção inicial do IFRS 09/CPC 48, não houve alteração nos passivos financeiros da Companhia que continuaram a ser mensurados pelo custo amortizado.

(a) Fornecedores

A conta “fornecedores” refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.13 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15 Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço e reconhecidos conforme descrito no CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

(c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coletas de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

Os Planos de Benefício Definido e Definido Saldado estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria e é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data do fechamento do plano para novas adesões em 2010. Estes planos passaram então a receber apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas, contudo, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Já no plano de Contribuição Definida a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Este Plano funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante.

(b) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

Desde 2008 por força do Acordo Coletivo, o montante apurado como Participação nos Lucros da Companhia é distribuído de forma linear entre todos os empregados.

3.17 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

3.18 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente a coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Em 01 de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 15/CPC 4, não houve impactos no reconhecimento das receitas com clientes, tendo em vista que os contratos e transações atualmente realizadas, obedecem a todos os passos requeridos pela referida norma contábil.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A Companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

(d) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.20 Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua subsidiária integral, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e tendo por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada como informação suplementar às Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme o IFRS.

3.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (a) IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil":** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para seus contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia efetuou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos vigentes em 31 de dezembro de 2018 e decidiu aplicar o IFRS 16/CPC 06 CPC 06(R2), retrospectivamente, com efeito cumulativo de inicialmente utilizar o pronunciamento reconhecido em 01 de janeiro de 2019. Além disso, utilizou-se dos expedientes práticos desta norma contábil, relacionados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (R\$19), além de desconsiderar os contratos com vencimento até 12 meses da data de adoção inicial. Para mensuração dos impactos dos contratos até 31 de dezembro de 2018 e para determinar o valor do passivo de arrendamento, utilizou para adoção inicial, o saldo das parcelas remanescentes, trazido a valor presente pela taxa referente ao cupom médio que é proxy à taxa incremental do arrendatário.

Foram apurados os valores que serão registrados em de 01 de janeiro de 2019:

Ativos e passivos de arrendamento			
Ativo	38.422	Passivo	43.431
		(-) AVP Passivo	(5.009)
Saldo líquido:	38.422	Saldo líquido:	38.422

E, finalmente, concluiu-se que este resultado não afeta a capacidade da Companhia de cumprir com os acordos contratuais (*convenants*), nem o limite máximo de alavancagem em empréstimos e financiamentos. Também, não há impactos no teste de *Impairment*.

- (b) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Essa norma esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A aceitabilidade de determinado tratamento tributário, de acordo com a lei fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. A adoção dessa norma dependerá da existência de eventos com tratamento fiscal incerto, e será adotada pela Companhia em casos de mudança em fatos e circunstâncias ou novas informações que afetem os julgamentos e estimativas requeridos por essa Interpretação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e sua controlada.

3.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor em 2018

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018:

- (a) CPC 47/IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes":** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. De acordo com o IFRS 15 as receitas serão reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos: 1 - Identificar o contrato com o cliente; 2 - Identificar as obrigações de desempenho; 3 - Determinar o preço da transação; 4 - Alocar o preço da transação; e 5- Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. A adoção desta norma contábil não trouxe impactos no reconhecimento das receitas e, consequentemente, nas demonstrações contábeis da Companhia, tendo em vista que os contratos e transações atualmente realizadas, obedecem a todos os passos requeridos.

- (b) CPC 48/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014 e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbridos de

perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Devido a adoção desta norma, a Companhia passou a denominar o ativo financeiro disponível para venda referente ao investimento que detem na BRK Foz de Jeceaba, que já era reconhecido pelo valor justo em outros resultados abrangentes, como sendo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de forma que não houve impacto na sua reclassificação, apenas na sua nomenclatura. Para os demais instrumentos financeiros, a Companhia efetuou sua classificação, também baseada em seu modelo de negócios. Quanto à perda de crédito esperada do Contas a receber de clientes (*impairment*), a Companhia finalizou estudo para definição do critério para medir a perda esperada, com inclusão da provisão complementar para algumas faturas vencidas e também para o contas a receber não faturado, o que não trouxe impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), cuja receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A Companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a Resolução 072/2015 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização, pelos Municípios, de ativos prevista nos contratos de Concessão.

(b) Reconhecimento de receita não faturada

Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(c) Provisão para perdas na realização de crédito

Os critérios para reconhecimento de *impairment*, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o Contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja, o faturamento tem vencimento em no máximo 30 dias, sendo que a Companhia reconhece provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. Assim, também, dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A Companhia não reconheceu provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações e celebração de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Quanto aos créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida, ao Fundo Municipal de Saneamento, fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

(d) Benefícios de planos de previdência complementar

O valor atual destas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(e) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários quanto ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

(f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no

método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(g) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

(h) Contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures para os quais são exigidos o cumprimento de determinados índices financeiros e outras condições (*covenants* - Nota 12). Alguns contratos preveem que no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos (“*cross-default*”), procurando apresentar garantias adicionais, quando houver possibilidades ou renegociar as condições contratuais, mantendo as obrigações sob monitoramento.

(i) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

A Companhia utiliza a técnica do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros remanescentes. O valor justo é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros por uma determinada taxa. Considerando que a taxa de desconto utilizada nesta metodologia deve refletir o custo de oportunidade presente em uma decisão de investimento e que as decisões de investimento tomadas pela Companhia exigem uma remuneração no mínimo igual ao seu Custo Médio Ponderado do Capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC), visto que considera a estrutura de capital e os custos de financiamento da empresa, utiliza-se essa taxa de atratividade como taxa de desconto para a estimativa de preço justo.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa que são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 e 99 anos. Esses Contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

Em 2018, foram formalizados Contratos de Programa com 07 municípios do Estado de Minas Gerais, cuja população urbana conjunta estimada é de, aproximadamente, 340 mil habitantes.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 638 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 307 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2018 (636 e 302, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, 71 concessões de água e 5 de esgoto encontravam-se vencidas, representando 4,2% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia. A COPASA MG vem envidando esforços junto ao poder concedente para a renovação destas concessões.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período.

A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG divulgou em 29 de junho de 2018, a Resolução ARSAE nº 111/2018, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 4,31% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a partir de 01 de agosto de 2018.

06. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recursos em caixa e bancos	40.511	35.576	40.984	35.869
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	257.007	369.997	272.387	384.989
Total	297.518	405.573	313.371	420.858

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 106% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2018 (105% do CDI em 31 de dezembro de 2017). O CDI em 31 de dezembro de 2018 era de 6,40% (6,89% em 31 de dezembro de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$28.265 (R\$57.996 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e R\$29.135 (R\$60.017 em 31 de dezembro de 2017) no Consolidado.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em 01 de janeiro	369.997	577.891	384.989	594.695
Novas aplicações	3.426.195	2.385.375	3.488.861	2.444.992
Rendimentos	28.265	57.966	29.135	60.017
Resgates	(3.567.450)	(2.651.235)	(3.630.598)	(2.714.715)
Em 31 de dezembro	257.007	369.997	272.387	384.989

(c) Movimentação das aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em 01 de janeiro	-	-	-	-
Novas aplicações	160.000	-	160.000	-
Rendimentos	1.349	-	1.349	-
Resgates	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	161.349	-	161.349	-

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais (moeda funcional da Companhia), não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais (moeda funcional da Companhia).

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Valores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos	<u>515.127</u>	<u>428.513</u>	<u>519.350</u>	<u>432.830</u>
Vencidos até 30 dias	205.817	153.005	207.549	154.403
Vencidos de 31 até 60 dias	105.613	90.633	106.590	91.578
Vencidos de 61 até 90 dias	59.734	53.038	60.277	53.623
Vencidos de 91 até 180 dias	86.038	90.438	86.985	91.590
Vencidos acima de 180 dias	57.925	41.399	57.949	41.636
A vencer	<u>369.815</u>	<u>389.852</u>	<u>371.930</u>	<u>392.383</u>
Faturados	<u>884.942</u>	<u>818.365</u>	<u>891.280</u>	<u>825.213</u>
A faturar	311.551	297.719	311.551	297.719
Contas a receber de clientes	1.196.493	1.116.084	1.202.831	1.122.932
(-) Provisão para perdas contas a receber de Clientes ⁽¹⁾	(45.739)	(31.172)	(46.324)	(31.757)
	1.150.754	1.084.912	1.156.507	1.091.175
Contas a receber de longo prazo ⁽²⁾	12.994	82.478	12.994	82.478
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>1.163.748</u>	<u>1.167.390</u>	<u>1.169.501</u>	<u>1.173.653</u>

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos a receber do Estado de Minas Gerais no montante de R\$154.005, dos quais R\$53.658 estão vencidos e R\$100.347 estão a vencer. Em 15 de outubro de 2018, foi formalizado Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida entre a COPASA, COPANOR e o Estado de Minas Gerais para compensação de débitos entre as partes. Como parte do Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida, a obrigação da Companhia com o Estado de Minas Gerais, referente ao JCP do segundo trimestre de 2018, no valor de R\$26.368, foi utilizada para a quitação de parte do Contas a Receber, de mesmo valor, relativo a faturas de água e/ou esgoto do Estado, sendo R\$24.969 da COPASA e R\$1.399 da COPANOR. Como parte do Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida, o restante da dívida remanescente do ESTADO junto à COPASA MG, no valor de R\$88.499, apurada em 13 de julho de 2018, será paga em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$7.375, a contar da assinatura do instrumento. O acordo também prevê que no caso de inadimplemento de uma ou mais parcelas, fica autorizado pelo ESTADO, a retenção dos Juros sobre o Capital Próprio - JCP dos trimestres subsequentes, para a quitação das parcelas vencidas, até o limite da dívida. Neste contexto, considerando os termos do Termo do Encontro de Contas, a Companhia utilizou os JCP do terceiro trimestre de 2018, devidos ao Estado de Minas Gerais, para quitação de R\$22.124 referentes a parcelas vencidas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos a receber do Estado de Minas Gerais no montante de R\$154.005, dos quais, (i) o saldo do parcelamento totaliza R\$66.375, garantido pela retenção de JCP futuros conforme acordado e (ii) o saldo a receber no montante de R\$87.630, posterior a 13 de julho de 2018, encontra-se sujeito a negociações junto ao Estado de Minas Gerais. O valor do JCP, referente ao quarto trimestre de 2018, do acionista Estado de Minas Gerais totaliza R\$46.153.

⁽²⁾ Refere-se ao termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Nota 23).

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	31.172	24.907	31.757	25.493
Aplicação inicial do IFRS 09/CPC 48	7.800	-	7.800	-
Provisão para perdas de contas a receber	252.768	198.670	255.902	201.509
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(246.001)	(192.405)	(249.135)	(195.245)
Saldo final	45.739	31.172	46.324	31.757

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do período como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

(b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures	188.442	172.181	188.442	172.181
Aplicação financeira vinculada (i)	81.943	76.196	81.943	76.196
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ii)	64.721	73.058	64.721	73.058
Ativos financeiros – Contratos de concessão (iii)	682.828	659.147	682.828	659.147
Outros (iv)	55.781	2.524	53.074	2.524
Total	1.073.715	983.106	1.071.008	983.106
Ativo circulante	21.537	-	18.830	-
Ativo não circulante	1.052.178	983.106	1.052.178	983.106

- (i) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, sendo que os valores são convertidos em contas e aplicada no “fundo de investimento caixa despoluição de bacias hidrográficas renda fixa longo prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas.
- (ii) Refere-se ao saldo de investimento na empresa BRK Ambiental – Jeceaba S.A (Antiga Foz de Jeceaba), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Refere-se às contas a receber do poder concedente decorrentes dos contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a ICPC 01. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo Custo Médio Ponderado do Capital (*Weighted Average Capital Cost – WACC*).

(iv) Refere-se substancialmente a adiantamentos de repasse tarifário realizados para o Município de Montes Claros.

08. Investimentos

Abaixo tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	31/12/2017	Equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	31/12/2018
Investimentos				
COPANOR	62.027	(12.998)	55.568	104.597
Outros	260	-	-	260
Total	62.287	(12.998)	55.568	104.857

	31/12/2016	Equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾	Recuperação Impostos subsidiária	Aumento de Capital	31/12/2017
Investimentos					
COPANOR ⁽ⁱ⁾	34.030	(7.406)	38	35.365	62.027
Outros	260	-	-	-	260
Total	34.290	(7.406)	38	35.365	62.287

(i) A Controladora realizou integralização em valores iguais de R\$20.284 nos meses de março e agosto de 2018 e R\$15.000 em dezembro de 2018 na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$12.998. O valor dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro e depreciações/amortizações da subsidiária foi negativo em R\$702 em 31 de dezembro de 2018, (negativo em R\$2.247 em 31 de dezembro de 2017).

09. Intangível

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

Controladora						
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	3.650.862	(2.112.262)	1.538.600	3.503.895	(1.991.111)	1.512.784
Esgotamento sanitário	5.085.721	(1.920.116)	3.165.605	4.833.095	(1.711.226)	3.121.869
Sistemas de uso comum	801.217	(694.502)	106.715	759.181	(639.639)	119.542
Direitos de uso	481.040	(212.344)	268.696	459.287	(189.782)	269.505
Outros ativos intangíveis	126.475	(17.599)	108.876	107.670	(15.662)	92.008
Total em operação	10.145.315	(4.956.823)	5.188.492	9.663.128	(4.547.420)	5.115.708
Em obras						
Obras em andamento	1.147.522	-	1.147.522	981.697	-	981.697
Total do intangível	11.292.837	(4.956.823)	6.336.014	10.644.825	(4.547.420)	6.097.405

Consolidado						
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	3.660.400	(2.112.375)	1.548.025	3.503.895	(1.991.111)	1.512.784
Esgotamento sanitário	5.105.230	(1.920.219)	3.185.011	4.833.095	(1.711.226)	3.121.869
Sistemas de uso comum	804.997	(694.654)	110.343	759.181	(639.639)	119.542
Direitos de uso	481.190	(212.359)	268.831	459.287	(189.782)	269.505
Outros ativos intangíveis	126.475	(17.599)	108.876	107.670	(15.662)	92.008
Total em operação	10.178.292	(4.957.206)	5.221.086	9.663.128	(4.547.420)	5.115.708
Em obras						
Obras em andamento	1.198.262	-	1.198.262	1.019.527	-	1.019.527
Total do intangível	11.376.554	(4.957.206)	6.419.348	10.682.655	(4.547.420)	6.135.235

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

Controladora							
	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Em formação ⁽⁴⁾	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.512.784	3.121.869	119.542	269.505	92.008	981.697	6.097.405
Adições	25.688	58.206	14.805	21.216	7.643	505.495	633.053
Baixas	(2.072)	(46)	(125)	-	(26)	(2)	(2.271)
Amortização	(128.242)	(226.813)	(56.423)	(22.679)	(3.466)	-	(437.623)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	51.377	51.377
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	13.147	(32.800)	428	108	5.943	-	(13.174)
Transferência entre intangível e imobilizado	4.585	106	367	362	(2.198)	(24.672)	(21.450)
Transferências	103.614	226.848	27.990	11	7.910	(366.373)	-
Ajuste de amortização decorrente de renovação de concessões ⁽³⁾	9.096	18.235	131	173	1.062	-	28.697
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.538.600	3.165.605	106.715	268.696	108.876	1.147.522	6.336.014

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente à renovação de Concessão do Município de Ubá, Montes Claros e incorporação de obras finalizadas no exercício.

⁽³⁾ Refere-se a ajustes de amortização decorrentes de alterações ou renovações de concessões.

⁽⁴⁾ O intangível em formação é constituído das obras em andamento e do estoque para obras. A receita de construção é registrada para os investimentos em obras já identificadas como ativos das concessões e corresponde as adições, acrescidas dos juros capitalizados e das transferências de projetos no valor de R\$39.354. Deste valor são deduzidos os investimentos ainda não identificados, no valor de R\$84.214 e a variação negativa do estoque para obras no valor de R\$15.122.

Consolidado

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação ⁽⁴⁾	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.512.784	3.121.869	119.542	269.505	92.008	1.019.527	6.135.235
Adições	27.321	58.970	15.166	21.366	7.643	548.476	678.942
Baixas	(2.072)	(46)	(125)	-	(26)	(2)	(2.271)
Amortização	(128.356)	(226.915)	(56.576)	(22.694)	(3.466)	-	(438.007)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	51.377	51.377
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	13.147	(32.800)	428	108	5.943	-	(13.174)
Transferência para o imobilizado	4.585	106	367	362	(2.198)	(24.672)	(21.450)
Transferências	111.519	245.593	31.409	11	7.911	(396.443)	-
Ajuste de amortização decorrente de renovação de concessões ⁽³⁾	9.097	18.234	132	173	1.061	(1)	28.696
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.548.025	3.185.011	110.343	268.831	108.876	1.198.262	6.419.348

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente à renovação de Concessão do Município de Ubá, Montes Claros e incorporação de obras finalizadas no exercício.

⁽³⁾ Refere-se a ajustes de amortização decorrentes de alterações ou renovações de concessões.

⁽⁴⁾ O intangível em formação é constituído das obras em andamento e do estoque para obras. A receita de construção é registrada para os investimentos em obras já identificadas como ativos das concessões e corresponde as adições, acrescidas dos juros capitalizados e das transferências de projetos no valor de R\$39.354. Deste valor são deduzidos os investimentos ainda não identificados, no valor de R\$85.963 e a variação negativa do estoque para obras no valor de R\$15.123.

Controladora

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação ⁽⁴⁾	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.697.223	3.410.020	194.352	264.729	113.001	1.141.245	7.820.570
Adições	27.649	68.475	12.888	24.995	39.357	303.106	476.470
Baixas	(970)	(237)	(61)	-	(299)	(21.018)	(22.585)
Amortização	(156.915)	(232.272)	(70.376)	(25.320)	(37)	-	(484.920)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.237	28.237
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(995)	(23.842)	4	119	(27.635)	-	(52.349)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.128.354)	(403.465)	(43.540)	-	(27.245)	-	(1.602.604)
Transferências para imobilizado	66.947	290.700	26.136	923	(1.439)	(469.872)	(86.605)
Ajuste de amortização decorrente de renovação de concessões ⁽³⁾	8.199	12.490	139	4.059	(3.695)	(1)	21.191
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.512.784	3.121.869	119.542	269.505	92.008	981.697	6.097.405

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente à renovação de Concessão do Município de Ubá, Montes Claros e incorporação de obras finalizadas no exercício.

⁽³⁾ Refere-se a ajustes de amortização decorrentes de alterações ou renovações de concessões.

⁽⁴⁾ O intangível em formação é constituído das obras em andamento e do estoque para obras. A receita de construção é registrada para os investimentos em obras já identificadas como ativos das concessões e corresponde as adições, acrescidas dos juros. Deste valor são deduzidos os investimentos ainda não identificados, no valor de R\$34.053 e acrescida a variação positiva do estoque para obras no valor de R\$5.373.

Consolidado

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Em formação ⁽⁴⁾	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.697.223	3.410.020	194.352	264.729	113.001	1.154.470	7.833.795
Adições	27.649	68.475	12.888	24.995	39.357	327.711	501.075
Baixas	(970)	(237)	(61)	-	(299)	(21.018)	(22.585)
Amortização	(156.915)	(232.272)	(70.376)	(25.320)	(37)	-	(484.920)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	28.237	28.237
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	(995)	(23.842)	4	119	(27.635)	-	(52.349)
Transferência para o imobilizado	(1.128.354)	(403.465)	(43.540)	-	(27.245)	-	(1.602.604)
Transferências	66.947	290.700	26.136	923	(1.439)	(469.872)	(86.605)
Ajuste de amortização decorrente de renovação de concessões ⁽³⁾	8.199	12.490	139	4.059	(3.695)	(1)	21.191
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.512.784	3.121.869	119.542	269.505	92.008	1.019.527	6.135.235

- (1) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".
- (2) As transferências do ativo financeiro, referem-se basicamente à renovação de Concessão do Município de Ubá, Montes Claros e incorporação de obras finalizadas no exercício.
- (3) Refere-se a ajustes de amortização decorrentes de alterações ou renovações de concessões.
- (4) O intangível em formação é constituído das obras em andamento e do estoque para obras. A receita de construção é registrada para os investimentos em obras já identificadas como ativos das concessões e corresponde as adições, acrescidas dos juros. Deste valor são deduzidos os investimentos ainda não identificados, no valor de R\$34.053 e acrescida a variação positiva do estoque para obras no valor de R\$5.373. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foi calculada receita de construção para os investimentos na COPANOR.

A amortização da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apropriada ao resultado, foi de R\$437.623, sendo R\$429.365 como custo dos serviços prestados, R\$206 como despesas com vendas e R\$8.052 como despesas administrativas (R\$484.920 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$476.794, R\$234 e R\$7.892, respectivamente).

A amortização do Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apropriada ao resultado, foi de R\$438.007, sendo R\$429.734 como custo dos serviços prestados, R\$206 como despesas com vendas e R\$8.067 como despesas administrativas (R\$484.920 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$476.794, R\$234 e R\$7.892, respectivamente).

A taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado foi de 5,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (6,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 as adições ao intangível, no montante de R\$678.942 referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de esgotamento sanitário das cidades de Sabará, Coronel Fabriciano, Teófilo Otoni, Três Corações, Ubá e Divinópolis, bem como obra de ampliação do sistema de abastecimento de água de Montes Claros, através de captação no Rio Pacuí.

10. Imobilizado

Controladora							
	31/12/2018				31/12/2017		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Máquinas e equipamentos	16,57%	534.814	(465.780)	69.034	521.531	(441.093)	80.438
Veículos	20,0%	79.087	(78.163)	924	102.014	(98.419)	3.595
Outros	9,72%	35.831	(3.883)	31.948	31.383	(208)	31.175
		649.732	(547.826)	101.906	654.928	(539.720)	115.208
Terrenos e edificações	4,47%	3.291.751	(1.718.628)	1.573.123	3.283.945	(1.629.612)	1.654.333
Total em operação		3.941.483	(2.266.454)	1.675.029	3.938.873	(2.169.332)	1.769.541
Total do imobilizado		3.941.483	(2.266.454)	1.675.029	3.938.873	(2.169.332)	1.769.541

Consolidado							
	31/12/2018				31/12/2017		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Máquinas e equipamentos	16,57%	535.352	(465.816)	69.536	521.531	(441.093)	80.438
Veículos	20,0%	79.100	(78.165)	935	102.014	(98.419)	3.595
Outros	9,72%	35.832	(3.883)	31.949	31.383	(208)	31.175
		650.284	(547.864)	102.420	654.928	(539.720)	115.208
Terrenos e edificações	4,47%	3.291.751	(1.718.628)	1.573.123	3.283.945	(1.629.612)	1.654.333
Total em operação		3.942.035	(2.266.492)	1.675.543	3.938.873	(2.169.332)	1.769.541
Total do imobilizado		3.942.035	(2.266.492)	1.675.543	3.938.873	(2.169.332)	1.769.541

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Controladora					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	80.438	3.595	31.175	1.654.333	1.769.541
Adições	14.439	9	128	68	14.644
Baixas	(109)	(451)	-	(28)	(588)
Depreciação	(32.084)	(2.813)	(415)	(95.053)	(130.365)
Transferência entre intangível e imobilizado	76	(8)	(116)	(3.160)	(3.208)
Transferências do intangível	6.300	593	-	17.765	24.658
Outros	(26)	(1)	1.176	(802)	347
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.034	924	31.948	1.573.123	1.675.029

Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	80.438	3.595	31.175	1.654.333	1.769.541
Adições	14.977	22	128	68	15.195
Baixas	(109)	(451)	-	(28)	(588)
Depreciação	(32.121)	(2.813)	(415)	(95.053)	(130.402)
Transferência entre intangível e imobilizado	76	(8)	(116)	(3.160)	(3.208)
Transferências do intangível	6.300	593	-	17.765	24.658
Outros	(25)	(3)	1.177	(802)	347
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.536	935	31.949	1.573.123	1.675.543

Controladora / Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.249	12.084	7	84.582	137.922
Adições	2.946	-	-	2.164	5.110
Baixas	(217)	(712)	-	-	(929)
Depreciação	(21.921)	(7.839)	(2)	(49.314)	(79.076)
Transferência entre intangível e imobilizado	14.919	31	(25)	71.680	86.605
Transferências do intangível	43.540	28	31.171	1.545.308	1.620.047
Outros	(78)	3	24	(87)	(138)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	80.438	3.595	31.175	1.654.333	1.769.541

A depreciação da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apropriada ao resultado, foi de R\$130.365, sendo R\$119.397 como custo dos serviços prestados, R\$3.402 como despesas com vendas e R\$7.566 como despesas administrativas (R\$79.076 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$66.402, R\$4.879 e R\$7.795, respectivamente).

A depreciação do Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apropriada ao resultado, foi de R\$130.402, sendo R\$119.434 como custo dos serviços prestados, R\$3.402 como despesas com vendas e R\$7.566 como despesas administrativas (R\$79.076 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$66.402, R\$4.879 e R\$7.795, respectivamente).

(a) Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA e a BRK Ambiental - Manso S.A. (antiga Odebrecht Ambiental - Manso S.A.), Sociedade de Propósito Específico - SPE, formalizaram Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação em 21 de dezembro de 2015.

As contraprestações para Sociedade de Propósito Específico - SPE começaram a ser pagas em janeiro de 2016. O valor amortizado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$67.756 (R\$102.355 no exercício de 2017) e as despesas decorrentes do contrato foram contabilizadas da seguinte forma: R\$87.146 (R\$59.691 em 2017) como despesas de manutenção de sistemas (OPEX) e R\$23.171 (R\$29.060 em 2017) como despesa financeira reconhecida no resultado de acordo com o período de reajuste (correção monetária) contratual.

Para correção do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente no mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes.

A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Em 01 de janeiro	466.628	550.143
Correção	15.998	18.839
Amortização	(67.756)	(102.355)
Em 31 de dezembro	414.870	466.628

11. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	71.699	67.632	72.237	68.363
Parcelamento de impostos (ii)	90.960	153.174	90.960	153.174
Depósito para obras (iii)	81.943	77.917	81.943	77.917
Obrigações diversas	29.748	32.553	29.912	32.578
Total	274.350	331.276	275.052	332.032
Passivo não circulante	98.430	165.368	98.430	165.368
Passivo circulante	175.920	165.908	176.622	166.664

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
INSS	23.622	22.988	24.003	23.409
COFINS	20.838	20.304	20.871	20.416
PIS	4.497	4.389	4.504	4.413
IR e CSLL	13.618	11.276	13.639	11.313
FGTS	4.764	4.442	4.857	4.528
Outros	4.360	4.233	4.363	4.284
Passivo circulante	71.699	67.632	72.237	68.363

(ii) Refere-se a parcelamento de débitos de ISSQN com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES.

12. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Caixa Econômica Federal	28.529	26.799	28.529	26.799
BNDES – BNE	78.087	72.402	78.087	72.402
Finame	16.551	19.649	16.551	19.649
IBM	-	1.810	-	1.810
<i>Bank of New York</i>	1.087	846	1.087	846
KfW	49.482	44.250	49.482	44.250
Empréstimos bancários e financiamentos	173.736	165.756	173.736	165.756
Debêntures simples	441.996	432.536	441.996	432.536
Debêntures	441.996	432.536	441.996	432.536
Total circulante	615.732	598.292	615.732	598.292
Não circulante				
Caixa Econômica Federal	620.868	588.819	620.868	588.819
BNDES - BNE	259.389	309.118	259.389	309.118
Finame	50.018	66.471	50.018	66.471
IBM	-	2.908	-	2.908
<i>Bank of New York</i>	96.861	82.922	96.861	82.922
KfW	197.305	191.264	197.305	191.264
Empréstimos bancários e financiamentos	1.224.441	1.241.502	1.224.441	1.241.502
Debêntures simples	1.701.895	1.296.305	1.701.895	1.296.305
Debêntures	1.701.895	1.296.305	1.701.895	1.296.305
Total não circulante	2.926.336	2.537.807	2.926.336	2.537.807
Total circulante e não circulante	3.542.068	3.136.099	3.542.068	3.136.099

(a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Do valor total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em moeda estrangeira totaliza R\$344.735 (R\$319.282 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$97.948 em dólares e R\$246.787 em euros (R\$83.768 em dólares e R\$235.514 em euros em 31 de dezembro de 2017).

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$3.542.068 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.136.099 em 31 de dezembro de 2017), têm vencimento até 2041 e cupons médios de 6,9% ao ano para a controladora e o consolidado (7,6% ao ano em 31 de dezembro de 2017 para a controladora e o consolidado).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	161.351	-	161.351
2020	164.195	154.949	164.195	154.949
2021	160.546	150.198	160.546	150.198
2022	161.283	148.476	161.283	148.476
2023	127.886	87.367	127.886	87.367
2024	148.192	131.513	148.192	131.513
2025	44.091	41.234	44.091	41.234
2026 até 2041	418.248	366.414	418.248	366.414
Total	1.224.441	1.241.502	1.224.441	1.241.502

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo 01 de janeiro	1.407.258	1.399.433	1.407.258	1.399.923
Ingressos de empréstimos e financiamentos	129.259	118.594	129.259	118.594
Encargos provisionados	86.855	88.591	86.855	88.600
Variação monetária e cambial	45.236	43.305	45.236	43.305
Amortização de encargos	(86.885)	(88.357)	(86.885)	(88.367)
Amortização de principal	(183.546)	(154.308)	(183.546)	(154.797)
Saldo 31 de dezembro	1.398.177	1.407.258	1.398.177	1.407.258

(b) Debêntures

Foi concluída, em 15 de fevereiro de 2018, com a publicação do Anúncio de Encerramento, a oferta Pública de Distribuição de Debêntures da 12ª emissão, com Instrumento Particular de Escritura assinado em 20 de dezembro de 2017 e cuja operação foi liquidada em 08 de fevereiro de 2018. Esta operação corresponde a emissão de debêntures não conversíveis, da espécie quirografária, no valor total de R\$268.000, divididas em duas séries, com principal atualizado pelo IPCA, sendo R\$187.385 em debêntures, com valor nominal de emissão de R\$1, emitidas na primeira série, com 6 anos de prazo, incluídos 3 anos de carência à taxa de 5,0642% ao ano; e R\$80.615 em debêntures, com valor nominal de emissão de R\$1 emitidas na segunda série, com 8 anos de prazo, incluídos 4 anos de carência à taxa de 5,2737% ao ano, no âmbito da instrução normativa da Comissão de Valores Mobiliários CVM 400 e incentivadas, conforme Lei Federal 12.431/2011. Os recursos dessa captação estão sendo destinados integral, única e exclusivamente à ampliação/implantação dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Sabará e Divinópolis, incluindo o tratamento dos efluentes.

Foi concluída em 26 de julho de 2018, com a Liquidação Financeira, a Oferta Pública de Distribuição de Debêntures da 13ª emissão, com Instrumento Particular de Escritura assinado em 28 de junho de 2018. Esta operação corresponde a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, em três séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a quantidade de debêntures alocada em cada série foi definida conforme procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de *Bookbuilding*”) ocorrido em 20 de julho de 2018, nas seguintes condições: (i) Primeira Série: volume de 92.600 debêntures, encargos financeiros de 106,9% do CDI (certificado de depósito interbancário), com prazo de 03 (três) anos e carência de 03 (três) anos; (ii) Segunda Série: volume de 540.000 debêntures, encargos financeiros de 110,0% do CDI, prazo de 05 (cinco) anos e 03 (três) anos de carência e (iii) Terceira Série: volume de 67.400 debêntures, encargos financeiros de 6,5010% + IPCA a.a, com prazo de 07 (sete) anos e 04 (quatro) anos de carência, totalizando 700.000 (setecentas mil) debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo o montante de R\$700.000. Os recursos dessa captação estão sendo destinados ao resgate antecipado total da 9ª e 10ª emissões de debêntures e a execução parcial do programa de investimentos da Companhia.

Controladora / Consolidado					
Subscrições / séries	Data da subscrição	31/12/2018		31/12/2017	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.473	-	16.378	16.359
7ª	25/09/2008	2.746	-	2.730	2.726
8ª	06/12/2008	8.237	-	8.190	8.179
9ª a 11ª	30/03/2009	8.237	-	8.190	8.179
12ª a 14ª	27/11/2009	2.746	-	2.730	2.726
15ª a 17ª	26/05/2010	8.237	-	8.190	8.179
18ª	02/07/2010	2.746	-	2.730	2.726
Total 3ª emissão		49.422	-	49.138	49.074
Subscrição 4ª emissão					
1ª	27/12/2010	25.856	66.088	25.713	91.097
2ª	24/11/2011	45.877	121.000	42.842	157.685
3ª	27/12/2012	34.233	87.500	34.044	120.613
Total 4ª emissão		105.966	274.588	102.599	369.395
Subscrição 5ª emissão					
Única	27/10/2011	18.903	205.099	19.017	222.552
Total 5ª emissão		18.903	205.099	19.017	222.552
Subscrição 6ª emissão					
1ª	23/02/2012	-	-	-	-
2ª	23/02/2012	51.935	-	53.237	46.849
Total 6ª emissão		51.935	-	53.237	46.849
Subscrição 7ª emissão					
1ª	24/04/2014	131.818	-	2.037	130.000
2ª	24/04/2014	36.244	62.763	36.190	90.549
Total 7ª emissão		168.062	62.763	38.227	220.549
Subscrição 8ª emissão					
1ª	21/12/2015	7.233	59.807	8.995	64.623
2ª	15/12/2015	3.371	28.003	4.033	29.274
Total 8ª emissão		10.604	87.810	13.028	93.897
Subscrição 9ª emissão					
1ª	28/08/2015	-	-	113.633	193.667
2ª	28/08/2015	-	-	209	20.342
Total 9ª emissão		-	-	113.842	214.009
Subscrição 10ª emissão					
Única	15/09/2016	-	-	43.448	79.980
Total 10ª emissão		-	-	43.448	79.980
Subscrição 11ª emissão					
1ª	14/12/2018	7.093	69.355	-	-
2ª	14/12/2018	3.271	32.127	-	-
Total 11ª emissão		10.364	101.482	-	-
Subscrição 12ª emissão					
1ª	08/02/2018	4.413	193.551	-	-
2ª	08/02/2018	1.976	83.268	-	-
Total 12ª emissão		6.389	276.819	-	-
Subscrição 13ª emissão					
1ª	26/07/2018	2.643	92.600	-	-
2ª	26/07/2018	15.864	540.000	-	-
3ª	26/07/2018	1.844	68.048	-	-
Total 13ª emissão		20.351	700.648	-	-
Custo de captação		-	(7.314)	-	-
Total de debêntures		441.996	1.701.895	432.536	1.296.305

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	535.063
2020	168.193	288.689
2021	293.052	163.249
2022	456.675	100.627
2023	414.950	27.596
2024	112.692	27.596
2025	80.419	27.596
2026 até 2039	183.228	125.889
Custo de Captação	(7.314)	-
Total	1.701.895	1.296.305

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 01 de janeiro	1.728.841	2.031.002
Ingressos de debêntures	1.077.853	17.266
Encargos provisionados	144.199	170.569
Variação monetária	27.979	19.023
Amortização de encargos	(127.671)	(184.270)
Amortização de principal	(699.996)	(324.749)
Custo de Captação	(8.363)	-
Amortização do custo de captação	1.049	-
Saldo em 31 de dezembro	2.143.891	1.728.841

(c) Valor justo

Os valores contábeis e os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.3(b).

(d) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos (“*cross-default*”), procurando apresentar garantias adicionais, quando houver possibilidades, ou renegociar as condições contratuais, mantendo as obrigações sob monitoramento.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, exceto quanto ao item iii b, para o qual a Companhia obteve o respectivo *waiver*.

(i) Apuração trimestral com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos com o BNDES:

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>	<u>Faixa</u>
EBITDA / despesas financeiras ajustadas	Igual ou superior a 3,8	Igual ou superior a 3,0
Dívida líquida ajustada / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8
Outras dívidas onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3

(ii) Apuração semestral (junho e dezembro) com dados acumulados de 12 meses - *Covenants* de contratos FGTS sindicalizados:

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Mínimo de 1,5
Ligação de água e esgoto / nº empregados	Maior que 350

(iii) Apuração anual com dados acumulados do exercício social

iii-a) *Covenants* da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI):

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida líquida / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / receita operacional líquida ajustada	Igual ou superior a 36%

iii-b) *Covenants* do contrato com o KfW:

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Em 18 de julho de 2018, o Banco KfW concedeu à Companhia *Waiver* até 31 de dezembro de 2019, no que se refere ao cumprimento do *Covenant* (Ebitda/Serviço da Dívida $\geq 1,5$) do contrato nº 25.360 firmado entre as partes em 29 de novembro de 2011. O *Waiver* se justifica pelo fato de que não são excluídos, da apuração do Serviço da Dívida, os montantes pagos pela Companhia a título de liquidação antecipada de suas dívidas, como ocorrido em agosto de 2018 com a quitação das suas 9ª e 10ª Emissões de Debêntures.

iii-c) *Covenants* das 6ª e 7ª emissões de debêntures (públicas):

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

iii-d) *Covenants* da 12ª e 13ª emissão de debêntures (públicas):

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

13. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

Controladora						
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	39.644	(11.551)	28.093	58.743	(9.611)	49.132
Trabalhistas	59.098	(9.709)	49.389	52.664	(6.708)	45.956
Tributárias	1.558	(2.649)	(1.091)	778	(258)	520
Ambientais	53.619	-	53.619	38.697	-	38.697
Total	153.919	(23.909)	130.010	150.882	(16.577)	134.305

Consolidado						
	31/12/2018			31/12/2017		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	40.003	(11.870)	28.133	58.996	(9.611)	49.385
Trabalhistas	59.159	(9.745)	49.414	52.771	(7.496)	45.275
Tributárias	1.558	(2.649)	(1.091)	778	(258)	520
Ambientais	53.619	-	53.619	38.697	-	38.697
Total	154.339	(24.264)	130.075	151.242	(17.365)	133.877

A movimentação das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017, antes da compensação de depósitos judiciais	150.882	151.242
Adições	36.013	36.152
Atualizações	7.568	7.587
Reversões	(40.544)	(40.642)
Total provisões	153.919	154.339
Compensação de depósitos judiciais	(23.909)	(24.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	130.010	130.075

As adições e reversões referem-se a reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais que foram realizadas no âmbito do Fórum de Contingências, para revisão e validação dos riscos indicados pela área jurídica nos processos contra a Companhia, baseadas em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário.

As adições referem-se à reavaliação dos prognósticos de perda de diversos processos de forma pulverizada e com valores poucos significativos individualmente.

As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As reversões são decorrentes de reavaliações dos prognósticos de perda e de baixas de processos pagos, que ocorreram também de forma pulverizada, com destaque para as mais relevantes:

1. Ação ajuizada pelo Município de Conselheiro Lafaiete com execução de multa diária, em face de descumprimento da Cláusula Quinta do 6º Termo Aditivo a Compromisso de Ajustamento de Conduta relativo à implantação completa do sistema de esgotamento sanitário do Município, que finalizou com acordo assinado com Ministério Público. O valor revertido foi de R\$3.268.
2. Transferência dos valores a pagar constantes do Acordo formalizado com o Ministério Público, referente a ação cível coletiva com base em inquérito instaurado pelo MP alegando cobrança indevida de tarifa mínima

de água e de esgoto no município de Montes Claros, para a conta de fornecedores (R\$4.400 em 31 de dezembro de 2018).

3. Reversões no valor de R\$12.529, decorrentes de reavaliação de prognósticos de perda e de baixas de processos trabalhistas pagos/encerrados, sendo que deste valor, R\$936 são decorrentes de sentenças favoráveis e R\$8.835 são decorrente de sentenças desfavoráveis à Companhia.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo que a COPASA foi condenada a pagar referida indenização. Atualmente, o processo encontra-se com recurso interposto perante o Superior Tribunal de Justiça. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$6.104 (R\$5.827 em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "*in itinere*", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável.

Existe uma ação trabalhista coletiva, processo 0102100-74.2008.5.03.0024, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Em 24 de fevereiro de 2018, foi prolatado acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, interposto pela COPASA. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$30.090 (R\$28.487 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção e autuação feita pela Delegacia Regional do Trabalho, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. O processo 0000200-79.2007.5.03.0025, de maior valor, aguarda decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST (AIRR 240-61.2007.5.03.0025 e AIRR 241-46.2007.5.03.0025 – 7ª Turma; autos de infração 013153994, 013201310, 013201298, 013201301, 013153986 e 013153978 – MTE SRTE/MG) - o valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.767 (R\$5.527 em 31 de dezembro de 2017).

(iii) Provisões Ambientais

A Lei Estadual nº 12.503/97 impõe à Companhia, na condição de concessionária de serviços públicos, a obrigação de proteger e preservar o meio ambiente, através de investimento de 0,5% do valor total da receita operacional apurada nos municípios onde opera, sendo que um terço deve ser destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos d'água.

Para mitigar os riscos eminentes e preservar a Companhia de impactos negativos em seu resultado, decorrentes de decisões judiciais contrárias ao seu pleito quanto à suspensão de todos os processos judiciais em que se discute a constitucionalidade da referida Lei, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2018, provisão no valor de R\$53.605 (R\$38.697 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cível (i)	404.230	236.204	415.103	239.076
Trabalhista	40.854	24.173	41.140	24.173
Tributária	38.140	13.147	4.662	13.147
Total	483.224	273.524	460.905	276.396

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua controlada.

As ações individuais mais relevantes acrescidas no período, estão descritas abaixo:

1. Ação de execução provisória de multa relativa a alegado descumprimento de ordem judicial que tem como objeto o contínuo fornecimento de água tratada no Município de Ubá, nos autos de ação civil pública. A referida execução provisória ainda está pendente de julgamento, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Ubá. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$89.941.
2. Ação ajuizada por Augusta Silva Seabra e outros, alegando que é legítima proprietária e possuidora de imóvel situado no Bairro Nova Suíça, na Cidade de Nova Lima, sendo a sua área total de 76.735,00 m².

Sustenta que, no ano de 1999, a Requerida teria invadido a área em questão, sem qualquer decreto expropriatório, tendo cercado uma área de 28.334 m² para abastecimento da cidade de Belo Horizonte. Tendo isso em vista, pede a reintegração na posse do imóvel restituindo a área cercada "nas mesmas condições". Subsidiariamente, pede indenização pelo valor de mercado do imóvel, avaliado em R\$6.288. Tem-se que a propriedade da área reivindicada não está sequer comprovada pela Parte Autora, na forma que exige a ação petítória. De outro lado, a vasta documentação acostada (transmissão da área à COPASA, por meio de contrato de Concessão com o Município de Belo Horizonte, os croquis, memoriais descritivos e as cartas de sentença em favor da COPASA) pela Requerida demonstra a insubsistência do pleito. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$14.690.

3. Ação Reivindicatória proposta por Sebastiana Ferreira Guimarães Scarabelli e Outros, onde os autores alegam, em síntese, que seriam herdeiros de um imóvel localizado em Padre Carvalho, onde foi instalada a ETE da COPANOR, imóvel que descobriram após o falecimento do pai e o levantamento de bens para o inventário. Está, atualmente, em fase de perícia técnica para apuração dos fatos. Em princípio, o levantamento feito pela própria COPANOR indica que o imóvel tratado na ação não é o mesmo em que se encontra a ETE e, mais, que aquele reivindicado pelos Autores já teria sido vendido a terceiros (Empresa Florestal). Contudo, a Companhia aguarda o resultado do laudo pericial. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.204.
4. Ação ajuizada pelo Município de Ipatinga alegando que a COPASA MG não teria cumprido acordo com ele celebrado, que lhe concederia desconto nas tarifas de água e esgoto. O processo está cadastrado pelo valor da causa e expectativa de êxito "possível" em atendimento às regras de reconhecimento de provisões da Companhia. Está, atualmente, em fase de tentativa de conciliação (processo ainda no início da tramitação). A Companhia aguarda os próximos movimentos processuais para reavaliar o seu cadastramento e classificação. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$6.110.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 18 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Andradas, Araçuaí, Barbacena, Cataguases, Confins, Congonhas, Curvelo, Esmeraldas, Guaxupé, Guidoval, Igaratinga, Lagoa Santa, Miraf, Montes Claros, Nanuque, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Sabará, São Sebastião do Paraíso, Serra da Saudade, Ubá e Vazante. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Tributárias

1. Ação de execução fiscal na qual o Município de Montes Claros visa ao recebimento dos créditos tributários inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nºs 3496/2015; 3497/2015; 3498/2015; e 3499/2015, no valor de R\$9.021. O crédito tributário exequendo tem natureza jurídica de imposto, especificamente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência municipal, entre janeiro de 2000 e dezembro de 2003. Dessa forma, a COPASA MG indicou em garantia um bem imóvel, que foi aceito pelo Município de Montes Claros e, por conseguinte, o Juízo Estadual declarou garantida a execução fiscal. A COPASA MG ajuizou os embargos à execução visando a declaração de nulidade do crédito exequendo, ao argumento de que: (i) as CDA's são nulas, por ausência de requisitos formais essenciais; (ii) a COPASA MG gozava de imunidade tributária na época dos fatos geradores (2000/2003); (iii) os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário jamais constituíram fato gerador do ISSQN. O MM. Juízo julgou, por sentença, procedente os embargos à execução ajuizados pela COPASA MG, razão pela qual declarou que o débito cobrado pelo Município de Montes Claros é indevido, sendo que referida ação ainda será apreciada pelo TJMG, em reexame necessário. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$10.500.

A Companhia avaliou o momento do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, à luz do disposto nas Leis nºs 11.488/07, 11.638/07 e 12.973/14. A Administração da Companhia, amparada em parecer de

assessores legais externos sobre a interpretação do momento do aproveitamento destes créditos, entende ser adequado o procedimento atualmente adotado. A Companhia estima que o risco envolvido neste assunto é de aproximadamente R\$33.478, sendo que os assessores legais externos avaliam como possível as chances de perda da Companhia numa eventual discussão judicial.

14. Participação nos Lucros e Resultados

O cálculo da Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados da Empresa é limitado a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal. A distribuição dessa participação é realizada de forma linear para todos os empregados, desde 2008.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou R\$36.913, referentes à participação dos empregados no resultado auferido no exercício (R\$35.236 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos ainda não liquidados no valor de R\$17.448 (R\$25.342 em 31 de dezembro de 2017).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	731.872	758.700	731.872	758.700
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(248.836)	(257.958)	(248.836)	(257.958)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(4.419)	(2.518)	-	-
Doações e subvenções	-	2.705	-	2.705
Outras (adições) /exclusões	574	(2.738)	(3.845)	(5.256)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	93.460	52.443	93.460	52.443
Incentivos fiscais	6.049	9.804	6.049	9.804
IRPJ e CSLL	(153.172)	(198.262)	(153.172)	(198.262)
IRPJ corrente	(112.814)	(136.080)	(112.814)	(136.080)
IRPJ diferido	1.789	(7.106)	1.789	(7.106)
CSLL corrente	(42.791)	(52.518)	(42.791)	(52.518)
CSLL diferida	644	(2.558)	644	(2.558)
IRPJ e CSLL	(153.172)	(198.262)	(153.172)	(198.262)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2017	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2018
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.598	-	4.953	15.551
Provisão para demandas judiciais	47.460	-	4.554	52.014
Provisão para perdas do passivo atuarial - resultados abrangentes	4.928	15.907	-	20.835
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	53.851	-	(2.727)	51.124
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	95.126	-	14.966	110.092
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH	15.018	-	(6.931)	8.087
Variação cambial sobre empréstimos	10.405	-	4.206	14.611
Outras provisões temporárias diversas	18.425	-	(274)	18.151
Total do ativo	255.811	15.907	18.747	290.465
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial sobre empréstimos	5.768	-	(687)	5.081
Margem da receita de construção diferida	36.686	-	(1.747)	34.939
Capitalização do ativo financeiro descontado	54.422	-	13.843	68.265
Custo de captação pela emissão de debêntures	-	-	2.487	2.487
Provisão para ajustes de CPC's - resultados abrangentes	22.870	(3.069)	-	19.801
Total do passivo	119.746	(3.069)	13.896	130.573
Total líquido	136.065	18.976	4.851	159.892

Em 28 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração aprovou o estudo técnico referente ao exercício de 2019, elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2018, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado
Em 2019	25.615
Em 2020	33.171
Em 2021	10.855
Em 2022	10.855
Em 2023	10.836
Em 2024	10.833
Em 2025	10.488
Em 2026	3.353
Em 2027	3.353
Em 2028	3.353
Após 2028	144.200
Total	266.912

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

16. Convênios de Cooperação Técnica

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		Líquido
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	
31 de dezembro de 2018			
Estado	65.183	(47.896)	17.287
Outros	315.705	(223.850)	91.855
Total	380.888	(271.746)	109.142
31 de dezembro de 2017			
Estado	62.866	(44.462)	18.404
Outros	280.315	(218.726)	61.589
Total	343.181	(263.188)	79.993
	Consolidado		Líquido
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	
31 de dezembro de 2018			
Estado	636.649	(607.495)	29.154
Outros	315.705	(223.850)	91.855
Total	952.354	(831.345)	121.009
31 de dezembro de 2017			
Estado	633.858	(604.058)	29.800
Outros	280.315	(218.726)	61.589
Total	914.173	(822.784)	91.389

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações de longo prazo	105.483	80.083
Obrigações de curto prazo	23.748	21.986
	129.231	102.069
Contribuições normais	15.598	14.102
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial ⁽¹⁾	144.829	116.171

⁽¹⁾ Com a instituição da paridade contributiva a Companhia passou a contribuir mensalmente com o mesmo valor da contribuição dos empregados participantes, incluindo a contribuição extraordinária, o que gerou um passivo cujo valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$52.713 (R\$72.599 em 31 de dezembro de 2017).

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

Plano RP1 - BD	1.198	1.797
Plano COPASA Saldado - BD	7.260	11.096
Novo Plano COPASA - CD	(316)	(1.240)
	8.142	11.653
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	(30.877)	9.517
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	40.442	9.565

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Novo Plano COPASA-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2018 o Plano RP1 possui 97 participantes ativos, 12 remidos e 170 assistidos; o Plano COPASA Saldado 1.110 participantes ativos, 7 remidos e 2.002 assistidos; e o Novo Plano COPASA 10.150 participantes ativos e 1.042 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Novo Plano COPASA-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o

de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações financiadas	(1.195.357)	(1.111.006)
Valor justo dos ativos do plano	1.101.604	1.043.048
Efeito do teto do ativo	(30.139)	(28.686)
Restrição do déficit contratado	(5.340)	(5.425)
Passivo líquido do plano	(129.232)	(102.069)
	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	1.111.006	1.043.260
Custo do serviço corrente	(1)	(79)
Custo financeiro	106.299	113.783
Contribuições dos participantes do plano	1.142	1.151
Remensurações atuariais	45.418	19.063
Benefícios pagos pelo plano	(69.491)	(66.172)
Contribuições extraordinária ativos	222	-
Contribuições extraordinária assistidos	762	-
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	1.195.357	1.111.006

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	1.043.048	939.225
Retorno real sobre os ativos do plano	98.156	142.694
Contribuições do empregador	26.840	26.150
Contribuições dos empregados	1.142	1.151
Benefícios pagos	(69.491)	(66.172)
Contribuições extraordinária ativos	222	-
Contribuições extraordinária assistidos	762	-
Contribuições extraordinária patrocinadora	925	-
Valor justo em 31 de dezembro	1.101.604	1.043.048

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços correntes	(1)	(79)
Custo financeiro	106.299	113.783
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(101.085)	(104.708)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.929	2.657
	8.142	11.653

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações financiadas	(58.478)	(54.756)
Valor justo dos ativos do plano	49.937	42.219
Restrição do déficit contratado	(5.340)	(5.425)
Passivo líquido do plano	(13.881)	(17.962)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	54.756	49.814
Custo do serviço corrente	252	229
Custo financeiro	5.268	5.408
Contribuições dos participantes do plano	343	324
Remensurações atuariais	1.283	2.246
Benefícios pagos pelo plano	(3.424)	(3.265)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	58.478	54.756

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	42.219	32.662
Retorno real sobre os ativos do plano	4.924	6.823
Contribuições do empregador	5.875	5.675
Contribuições dos empregados	343	324
Benefícios pagos	(3.424)	(3.265)
Valor justo em 31 de dezembro	49.937	42.219

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$6.109.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços correntes	252	229
Custo financeiro	5.268	5.408
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(4.322)	(3.840)
Provisão para plano de benefícios	1.198	1.797

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$1.198 (R\$1.797 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017) foram reconhecidas no resultado R\$1.518 em "despesas financeiras" e R\$320 reduzindo "outras despesas operacionais" (R\$1.234 em "outras despesas financeiras" e R\$263 em "outras despesas operacionais" em 31 de dezembro de 2017).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$4.924 (R\$6.823 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2018	31/12/2017
Taxa anual de desconto	9,24% a.a.	9,92% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,24% a.a.	9,92% a.a.
Aumento anual de salário	5,77% a.a.	5,66% a.a.
Aumento anual de benefícios	4,00% a.a.	4,30% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,30% a.a.
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb-2015 (M&F)	BR-EMSsb-2015 (M&F)
Tábua de invalidez	Light Forte	Light Forte
Mortalidade de inválidos	MI-85 F	MI-85 F
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2018.

Categorias dos ativos do Plano RP1-BD

	31/12/2018	31/12/2017
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	9,22%	12,40%
Títulos Públicos	12,90%	6,64%
Renda Fixa	76,17%	79,51%
Ações	0,87%	0,86%
Empresas Emergentes	0,04%	0,05%
Fundos de Participações	-	-
Investimentos imobiliários	0,41%	0,40%
Empréstimos e financiamentos	0,39%	0,14%
Outros - Depósitos Judiciais	-	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2018
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	57.688	59.243	56.796	60.245	58.477
Valor justo dos ativos do plano	49.937	49.937	49.937	49.937	49.937
Superávit / (déficit) técnico do plano	(7.751)	(9.306)	(6.859)	(10.308)	(8.540)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,35%	1,31%	-2,87%	3,02%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) do plano	-9,24%	8,98%	-19,68%	20,70%	

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações financiadas	(1.128.794)	(1.050.376)
Valor justo dos ativos do plano	1.013.443	966.269
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	-	-
Passivo líquido do plano	(115.351)	(84.107)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	1.050.376	986.886
Custo financeiro	100.479	107.602
Remensurações atuariais	42.416	18.189
Benefícios pagos pelo plano	(65.461)	(62.301)
Contribuições extraordinária ativos	222	-
Contribuições extraordinária assistidos	762	-
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	1.128.794	1.050.376

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	966.269	878.641
Retorno real sobre os ativos do plano	90.541	130.260
Contribuições do empregador	20.185	19.669
Benefícios pagos	(65.461)	(62.301)
Contribuições extraordinária ativos	222	-
Contribuições extraordinária assistidos	762	-
Contribuições extraordinária patrocinadora	925	-
Valor justo em 31 de dezembro	1.013.443	966.269

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$20.993.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo financeiro	100.479	107.602
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(93.219)	(96.506)
Provisão para plano de benefícios	7.260	11.096

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$7.260 (R\$11.096 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017) foram reconhecidas no resultado R\$4.325 em “despesas financeiras” e R\$2.935 em “outras despesas operacionais” (R\$4.815 em “outras despesas financeiras” e R\$6.280 em “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2017).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$90.541 (R\$130.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto (nominal)	9,03% a.a.	9,86% a.a.
Retorno esperado dos ativos do plano	9,03% a.a.	9,86% a.a.
Aumento anual de benefícios	4,00% a.a.	4,30% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,30% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 B S10%	AT-2000 B S10%
Mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2018.

Categorias dos ativos do Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2018	31/12/2017
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	4,86%	6,43%
Títulos Públicos	21,83%	17,35%
Renda Fixa	56,30%	61,41%
Ações	5,16%	4,87%
Multimercados	0,46%	-
Empresas emergentes	1,75%	1,89%
Fundos de participações	2,00%	1,57%
Investimentos imobiliários	6,18%	5,82%
Empréstimos e financiamentos	0,74%	0,66%
Outros – Depósitos Judiciários	0,03%	-
Direitos creditórios	0,69%	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Parâmetro
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.090.741	1.133.450	1.084.302	1.141.653	1.112.337
Valor justo dos ativos do plano	1.013.443	1.013.443	1.013.443	1.013.443	1.013.443
Superávit / (déficit) técnico do plano	(77.298)	(120.007)	(70.859)	(128.210)	(98.894)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,94%	1,90%	-2,52%	2,64%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-21,84%	21,35%	-28,35%	29,64%	

3) Novo Plano COPASA-CD

	31/12/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações financiadas	(8.085)	(5.874)
Valor justo dos ativos do plano	38.224	34.560
Efeito do teto do ativo	(30.139)	(28.686)
Ativo / passivo líquido do plano	-	-

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	5.874	6.560
Custo do serviço corrente	(253)	(308)
Custo financeiro	552	773
Contribuições dos empregados	799	827
(Ganhos) / perdas atuariais	1.719	(1.372)
Benefícios pagos pelo plano	(606)	(606)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	8.085	5.874

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	34.560	27.922
Retorno real sobre os ativos do plano	2.691	5.611
Contribuições do empregador	780	806
Contribuições dos empregados	799	827
Benefícios pagos	(606)	(606)
Valor justo em 31 de dezembro	38.224	34.560

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$811.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços correntes	(253)	(308)
Custo financeiro	552	773
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(3.544)	(4.362)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.929	2.657
Provisão para plano de benefícios	(316)	(1.240)

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$316 em 31 de dezembro de 2018 (negativo de R\$1.240 em 31 de dezembro de 2017) foram reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais”.

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro 2018 foi de R\$2.691 (R\$5.611 em 31 de dezembro de 2017).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de desconto (nominal)	8,99% a.a	9,38% a.a
Retorno esperado dos ativos do plano	8,99% a.a	9,38% a.a
Aumento anual de benefícios	4,00% a.a	4,30% a.a
Taxa de inflação	4,00% a.a	4,30% a.a
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de invalidez	Light fraca D60%	Light fraca D60%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2018.

Categorias dos ativos do Novo Plano COPASA-CD

	31/12/2018	31/12/2017
Disponível	-	-
Realizável (previdencial e administrativo)	1,79%	1,75%
Renda fixa	75,72%	80,63%
Ações	4,50%	4,61%
Empresas emergentes	1,34%	1,57%
Fundos de participações	1,81%	1,55%
Investimentos imobiliários	5,44%	5,56%
Empréstimos e financiamentos	5,15%	4,33%
Multimercado	1,93%	-
Créditos privados e depósitos	0,97%	-
Direitos creditórios	1,32%	-
Outros – depósitos judiciais	0,03%	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Parâmetro
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.944	7.328	8.003	8.169	8.085
Valor justo dos ativos do plano	38.224	38.224	38.224	38.224	38.224
Superávit / (déficit) técnico do plano	29.280	30.896	30.221	30.055	30.139
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	10,62%	-9,36%	-1,02%	1,04%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano	-2,85%	2,51%	0,27%	-0,28%	

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que seu capital é formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.402.385, representado por 126.751.023 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui 50,04% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se 49,68% das ações e o restante, correspondente a 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$4.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Eventuais propostas de aumento de capital acima desse limite ou por meio de integralização em bens são de competência de Assembleia Geral. Nesses casos, esses órgãos definirão também as condições das emissões.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2018, não foram registrados valores referentes ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES (R\$7.956 em 2017).

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$270.190 (R\$371.024 em 2017) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Plano Plurianual de Negócios”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i)** Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$29.582 (R\$9.565 devedor em dezembro de 2017).
- (ii)** Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Destes valores foram deduzidos o IRPJ e CSLL. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo credor dessa rubrica totaliza R\$10.111 (R\$10.566 em dezembro de 2017).
- (iii)** Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo credor desta conta totaliza R\$28.328 (R\$33.830 em dezembro de 2017).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 07 de maio de 2018, a Assembleia Geral aprovou a revisão da Política de Dividendos da Companhia, definindo regras para a distribuição de proventos, em função da alavancagem (Dívida Líquida corrente da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores ao período de cálculo) observada, conforme destacado a seguir:

Dividendos Regulares

O Conselho de Administração define até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%. A declaração ocorrerá trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Dividendos Extraordinários

Caso a alavancagem esteja abaixo do padrão definido na referida Política, poderá haver pagamento de dividendos extraordinários, após a realização de estudos que indiquem que eventual pagamento não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia. Caso esse indicador esteja acima do intervalo, o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

Em linha com essa Política, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 07 de maio de 2018 aprovou a declaração de dividendos extraordinários no montante de R\$280.000, utilizando parte do saldo da conta de Reservas de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia utilizou o valor referente ao JCP do segundo e terceiro trimestres para quitação de parte do Contas a Receber com Estado de Minas Gerais, conforme descrito na nota 7.

Para 2018, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2018, deliberou por fixar em 50% o percentual do Lucro Líquido, a ser distribuído sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).

Até 31 de dezembro de 2018 foram declarados JCP no valor de R\$274.883.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	578.700	560.438
Reserva legal - (5%)	(28.935)	(28.022)
Reserva de incentivos fiscais	-	(7.956)
Lucro líquido	549.765	524.460
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	137.441	131.115

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros sobre capital próprio foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$93.460 (R\$52.443 em 2017). Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante de R\$274.883.

Conforme Resolução ARSAE-MG nº 100/2017, o valor do benefício fiscal da dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos desembolsos adicionais incorridos, quais sejam: a distribuição a maior de proventos aos acionistas e o pagamento a maior de participações nos lucros aos empregados, será devolvido ao usuário por meio de compensação na tarifa.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	43.761	65.406
Juros sobre o capital próprio propostos	274.883	154.243
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(13.291)	(10.195)
Juros sobre o capital próprio pagos no período	(212.058)	(165.669)
Juros sobre o capital próprio prescrito	-	(20)
Dividendos propostos	280.000	120.000
Dividendos pagos	(279.970)	(119.987)
Outros	72	(30)
Dividendos e JCP a pagar	93.397	43.748
Obrigações diversas	-	13
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	93.397	43.761

(e) Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de	2018	2017
Adoção inicial do CPC 48	(5.148)	-
Lucro do exercício	578.700	560.438
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio	(274.883)	(154.243)
Transferência para reserva legal	(28.935)	(28.022)
Transferência para retenção de lucros	(270.190)	(371.024)
Reserva de incentivo fiscal	-	(7.956)
Realização da correção monetária de ativos	456	807
Em 31 de dezembro de	-	-

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	578.700	560.438
Quantidade média ponderada de ações ordinárias - milhares	126.394	126.751
Lucro básico por ação	4,58	4,42

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

(i) Resultado

Consolidado					
	2018				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos Sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	2.984.331	1.639.238	2.510	538.112	5.164.191
Deduções da receita bruta	(276.436)	(150.383)	(87)	-	(426.906)
Receita operacional líquida	2.707.895	1.488.855	2.423	538.112	4.737.285
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.126.888)	(1.169.591)	-	(538.112)	(3.834.591)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	581.007	319.264	2.423	-	902.694
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					19.761
Resultado financeiro, líquido					(190.583)
Lucro operacional antes dos impostos					731.872
Amortização	128.356	226.915	-	82.736	438.007

A depreciação do ativo imobilizado está assim alocada: R\$63.072 em Serviços de água, R\$27.802 em Serviços de esgoto e R\$39.528 em Outros imobilizados descritos, totalizando R\$130.402

Consolidado					
	2017				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos Sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	2.873.182	1.560.290	399	302.663	4.736.534
Deduções da receita bruta	(266.874)	(143.259)	-	-	(410.133)
Receita operacional líquida	2.606.308	1.417.031	399	302.663	4.326.401
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.978.133)	(1.075.649)	(305)	(302.663)	(3.356.750)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	628.175	341.382	94	-	969.651
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(12.938)
Resultado financeiro, líquido					(198.013)
Lucro operacional antes dos impostos					758.700
Amortização	156.915	232.272	-		389.187

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) ⁽¹⁾	538.112	302.663
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) ⁽¹⁾	(538.112)	(302.663)
Margem de construção	-	-

⁽¹⁾A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11), conforme letra (b) do item 3.19 da Nota 03.

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Serviços de água	1.836.596	1.719.572
Serviços de esgoto	4.006.888	3.844.479
Outros intangíveis	575.864	571.184
Resíduos sólidos	-	-
Total do intangível	6.419.348	6.135.235

(iii) Imobilizado

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo imobilizado, sendo alocados da seguinte forma: R\$1.126.426 em Serviços de água, R\$360.070 em Serviços de esgoto e R\$189.047 em outros imobilizados, totalizando R\$1.675.543.

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

20. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

20.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa, de curto prazo, da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento em Foz de Jeceaba.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA possuía 90% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 10% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2018.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade às taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos, financiamentos e debêntures. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2018		31/12/2017	
Aumento/redução em pontos base	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(1.218)	1.218	(1.196)	1.196

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do dólar americano e do euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os empréstimo e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para a operação com o Banco KfW, cujo saldo devedor era de €55,5 milhões (equivalente a R\$246,63 milhões), não há mecanismo de *hedge* contratado. A dívida com o *Bank of New York (BNY)*, cujo saldo devedor era de US\$25,1 milhões (equivalente a R\$97,13 milhões) em 31 de dezembro de 2018, está garantida por títulos da dívida externa

brasileira, no montante de US\$21,66 milhões (equivalente a R\$83,93 milhões), caucionados no Banco do Brasil, corrigidos pela média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América (Nota 7).

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do dólar (US\$) e do euro (€), de $\pm 10\%$ e $\pm 20\%$, em relação ao saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em suas respectivas moedas, nos resultados e no seu patrimônio. No caso da operação junto ao *Bank of New York (BNY)*, como a Companhia possui caução em dólares (US\$), o valor da caução é deduzido do saldo devedor, para cálculo da sensibilidade à taxa de câmbio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Controladora				
Sensibilidade a variações taxa câmbio: 10%	31/12/2018		31/12/2017	
Variação na moeda US\$ / €	+10%	-10%	+10%	-10%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(42.768)	42.768	(24.738)	24.738

Controladora				
Sensibilidade a variações taxa câmbio: 20%	31/12/2018		31/12/2017	
Variação na moeda US\$ / €	+20%	-20%	+20%	-20%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(85.537)	85.537	(49.475)	49.475

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo foi instituída em outubro de 2012, a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (agências de risco , Fitch e S&P)					
	AAA	273	14.841	273	14.841
	AA	131.954	43.152	140.142	43.249
	A	72.086	10.993	72.166	10.993
	BBB	214.044	301.011	221.147	315.906
	Total	418.357	369.997	433.728	384.989

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento ⁽¹⁾			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Amortização	565.883	785.986	1.160.793	986.870
Juros	226.061	381.505	242.729	338.451
Empréstimos e financiamentos	791.944	1.167.491	1.403.522	1.325.321
Fornecedores e outras obrigações ⁽²⁾	295.131	75.179	87.898	216.374

⁽¹⁾ A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, obrigações pós-emprego e provisões.

⁽²⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debentures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota 07).

Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2018				
	Instituição Financeira/Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Caixa Econômica Federal	CAIXA - Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.831	setembro-31
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.020	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$10.080	agosto-22
	CAIXA - Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.117	junho-35
	CAIXA - Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$480	março-36
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.254	outubro-37
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.969	outubro-37
	CAIXA - Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente a 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$868	março-39
BNDES	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de R\$18 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde dez/2007.	R\$32.396	dezembro-19
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$46.088	junho-23
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$11.213	maio-25
	4ª Emissão de Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde jul/2010.	R\$52.058	agosto-22
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$19.695	agosto-28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.657	janeiro-31
Banco KfW	€ 100 milhões	Vinculação de receita equivalente a 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	R\$26.406	dezembro-23
BRK Ambiental	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação referente a cada ano de vigência.	R\$13.203	dezembro-28
Total de Receita Vinculada			R\$234.335	

(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

O risco de vencimento antecipado de dívidas decorre principalmente do cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia. Tais obrigações estabelecem índices financeiros a serem atendidos, índices estes que refletem a sua geração de caixa e o seu grau de endividamento, por exemplo. Com objetivo de minimizar tal risco, a Companhia estabeleceu, estatutariamente, uma Política de Endividamento que expressa a obrigação de monitorar antecipadamente os índices financeiros (Nota 12).

(g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados negativamente.

Em março de 2015, conforme Comunicado ao Mercado, a Companhia não logrou êxito na renovação do contrato de concessão com o município de Pará de Minas, vencido desde 11 de outubro de 2009. Quanto à indenização dos ativos, considerando que o Município realizou licitação e homologou seu resultado sem levar em conta os ativos da COPASA ainda não amortizados, a empresa ajuizou contra o mesmo a competente ação, objetivando buscar o ressarcimento respectivo, por meio do processo nº 6015762-20.2015.8.13.0024, em curso na 7ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte/MG. Atualmente, o processo está tramitando perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Pará de Minas, cadastrado sob o nº 0172404-43.2015.8.13.0471.

Em 2018, a Companhia não foi impactada em função de ocorrências relacionadas ao risco descrito acima. Ressalta-se que cerca de 78,3% das receitas oriundas da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são provenientes de concessões que têm prazo de vencimento após janeiro de 2034.

20.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA e de acordo com o Estatuto da Companhia deve ser inferior a 4,0. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e o EBITDA é o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização. O índice de capital de terceiros é apurado dividindo a dívida líquida pelo patrimônio líquido e deve ser inferior a 1,0.

Outro fator mitigador de riscos é a Política de Dividendos da Companhia cujas regras para a distribuição de proventos se baseiam na alavancagem observada. Caso esta esteja acima do intervalo considerado ideal, o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório.

Em 2018, a estratégia da Companhia continuou em manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices medidos pela relação “Dívida Líquida/EBITDA” em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽¹⁾	3.594.781	3.136.099	3.594.781	3.136.099
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(297.518)	(405.573)	(313.371)	(420.565)
Dívida líquida	3.297.263	2.730.526	3.281.410	2.715.534
Total do patrimônio líquido	6.226.633	6.244.343	6.226.633	6.244.343
EBITDA (não auditado)	1.490.864	1.520.709	1.490.864	1.520.709
Índice de alavancagem financeira (não auditado) ⁽²⁾	2,2	1,8	2,2	1,8
Índice de capital de terceiros (não auditado) ⁽³⁾	0,5	0,4	0,5	0,4

⁽¹⁾ Inclui também o saldo devedor para com a Libertas no valor de R\$52.713 (Nota 17).

⁽²⁾ O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA.

⁽³⁾ O índice de capital de terceiros é apurado dividindo a dívida líquida pelo patrimônio líquido.

20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e sua subsidiária aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Os instrumentos financeiros não estão no escopo do CPC 31/IFRS 5. Assim, requerem divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e sua subsidiária, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	Nível (3)	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros investimento BRK Ambiental – Foz Jeceaba ⁽¹⁾	64.721	73.058
Saldo total	64.721	73.058

⁽¹⁾ Em 01 de janeiro de 2018, como reflexo da adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros e baseado em seu modelo de negócios que prevê manter este instrumento patrimonial para obter fluxos de caixa contratual, a Companhia alterou a classificação do investimento sem influência significativa na empresa BRK Ambiental – Foz de Jeceaba S.A., da categoria “disponível para venda” para a categoria “mensurado a valor justo em Outros Resultados abrangentes”.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente

comerciais. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e sua subsidiária não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e sua subsidiária não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	1.398.177	1.350.083	1.407.258	1.358.400
Debêntures simples	2.143.891	2.117.999	1.728.841	1.750.554
Total	3.542.068	3.468.082	3.136.099	3.108.954

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado			
	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações
Caixa/FGTS	7,65%	167	8,00%	Cotação da taxa da Caixa em dez/18
BNDES/BNE	7,54%	53	9,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/18
FINAME	3,14%	86	10,90%	Cotação da taxa FINAME em dez/18
Bank of New York	4,27%	76	8,00%	Cotação da taxa AFD em dez/18
Debêntures simples	7,32%	54	7,90%	Cotação taxas Debts. BNDES e mercado dez/18
KfW	2,07%	73	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/18

21. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	297.518	-	297.518	405.573	-	405.573
Aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias	161.349	-	161.349	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.163.748	-	1.163.748	1.167.390	-	1.167.390
Bancos e aplicações de convênios	8.048	-	8.048	23.153	-	23.153
Aplicações financeiras vinculada	81.943	-	81.943	76.196	-	76.196
Ativos financeiros de concessões	682.828	-	682.828	659.147	-	659.147
Título patrimonial ⁽¹⁾	-	64.721	64.721	-	73.058	73.058
Demais contas a receber ⁽²⁾	244.223	-	244.223	191.085	-	191.085
Total	2.639.657	64.721	2.704.378	2.522.544	73.058	2.595.602

⁽¹⁾ Em 01 de janeiro de 2018 em função da adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, os valores foram reclassificados da categoria de disponíveis para venda para a categoria de mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes.

⁽²⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.542.068	3.542.068	3.136.099	3.136.099
Fornecedores	206.999	206.999	191.866	191.866
PPP - Rio Manso	414.871	414.871	466.628	466.628
Contrato IBM	1.042	1.042	1.042	1.042
Total	4.164.980	4.164.980	3.795.635	3.795.635

(b) Consolidado

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor justo no Outros Resultados Abrangentes	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	313.371	-	313.371	420.858	-	420.858
Aplicações financeiras resgatáveis acima de 90 dias	161.349	-	161.349	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.169.501	-	1.169.501	1.173.653	-	1.173.653
Bancos e aplicações de convênios	8.069	-	8.069	23.284	-	23.284
Aplicações financeiras vinculada	81.943	-	81.943	76.196	-	76.196
Ativos financeiros de concessões	682.828	-	682.828	659.147	-	659.147
Título patrimonial ⁽¹⁾	-	64.721	64.721	-	73.058	73.058
Demais contas a receber ⁽²⁾	241.516	-	241.516	189.524	-	189.524
Total	2.658.577	64.721	2.723.298	2.542.662	73.058	2.615.720

⁽¹⁾ Em 01 de janeiro de 2018 em função da adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, os valores foram reclassificados da categoria de disponíveis para venda para a categoria de mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes.

⁽²⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.542.068	3.542.068	3.136.099	3.136.099
Fornecedores	217.664	217.664	199.483	199.483
PPP - Rio Manso	414.871	414.871	466.628	466.628
Contrato IBM	1.042	1.042	1.042	1.042
Total	4.175.645	4.175.645	3.803.252	3.803.252

22. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

Assim, além dos convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, que é o controlador da Companhia (Nota 18(a)), a subsidiária Copanor, Copass Saúde e Fundação Libertas de Seguridade Social. Os saldos e operações são como segue:

Controladora				
31/12/2018				
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Cientes				
Valores faturados	-	144.962	1	22
Valores a faturar	-	9.643	1	13
Convênios	-	17.287	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	2.860	-	-	-
Total do ativo	2.860	171.892	2	35
Passivo				
Circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	39.346
Programa de saúde	-	-	9.712	-
Não circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	89.027
Total do passivo	-	-	9.712	128.373
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	158.327	13	254
Programa de seguridade	-	-	-	(44.264)
Programa de saúde	-	-	(79.182)	-

Controladora				
31/12/2017				
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Cientes				
Valores faturados	-	77.225	1	18
Valores a faturar	-	9.633	1	10
Convênios	-	18.404	-	-
Créditos diversos				
Créditos com controlada	1.695	-	-	-
Total do ativo	1.695	105.262	2	28
Passivo				
Circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	36.088
Programa de saúde	-	-	9.076	-
Não circulante				
Programa de seguridade	-	-	-	80.083
Total do passivo	-	-	9.076	116.171
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	149.218	11	196
Programa de seguridade	-	-	-	39.322
Programa de saúde	-	-	70.075	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2018	2017
Remuneração	4.717	5.023
Benefícios assistenciais (*)	284	303
Total	5.001	5.326

(i) Refere-se à alimentação, saúde e benefício pós-emprego.

22.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado Minas Gerais

(a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Essa prestação de serviços ocorre de forma a aplicar as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

(b) Juros sobre capital próprio

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais juros sobre capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$139.392 (R\$79.153 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Também foram destinados dividendos extraordinários no montante de R\$143.687.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos a receber do Estado de Minas Gerais no montante de R\$154.605, dos quais R\$53.658 estão vencidos e R\$100.947 estão a vencer. Em 15 de outubro de 2018, foi formalizado Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida entre a COPASA, COPANOR e o Estado de Minas Gerais para compensação de débitos entre as partes. Como parte do Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida, a obrigação da Companhia com o Estado de Minas Gerais, referente ao JCP do segundo trimestre de 2018, no valor de R\$26.368, foi utilizada para a quitação de parte do Contas a Receber, de mesmo valor, relativo a faturas de água e/ou esgoto do Estado, sendo R\$24.969 da COPASA e R\$1.399 da COPANOR. Como parte do Termo de Encontro de Contas e Negociação de dívida, o restante da dívida remanescente do ESTADO junto à COPASA MG, no valor de R\$88.499, apurada em 13 de julho de 2018, será paga em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$7.375, a contar da assinatura do instrumento. O acordo também prevê que no caso de inadimplemento de uma ou mais parcelas, fica autorizado pelo ESTADO, a retenção dos Juros sobre o Capital Próprio - JCP dos trimestres subsequentes, para a quitação das parcelas vencidas, até o limite da dívida. Neste contexto, considerando os termos do Termo do Encontro de Contas, a Companhia utilizou os JCP do terceiro trimestre de 2018, devidos ao Estado de Minas Gerais, para quitação de R\$ 22.124 referentes a parcelas vencidas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos a receber do Estado de Minas Gerais no montante de R\$154.605, dos quais, (i) o saldo do parcelamento totaliza R\$66.975, garantido pela retenção de JCP futuros e (ii) o saldo a receber no montante de R\$87.630 encontra-se sujeito a negociações junto ao Estado de Minas Gerais. O valor do JCP, referente ao quarto trimestre de 2018, do acionista Estado de Minas Gerais totaliza R\$46.153.

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, de 05 de agosto de 1998, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como garantia de pagamento da dívida da COPASA, ora confessada, junto ao BNY, seus créditos sobre Impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula V do referido contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo devedor desse Contrato é de R\$97.949.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia, de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto desse contrato é de R\$246.787.

(d) Convênios de Cooperação Técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

- **COPANOR**

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

- **Fundação Libertas**

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota 17).

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços são definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

- **COPASS Saúde**

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à ANS e regulado por aquela agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

23. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

1º) Em fevereiro de 2010, foi assinado Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, entre a Fazenda Pública do Município de Belo Horizonte e COPASA MG, estabelecendo que a forma de quitação dos débitos da Companhia para com a Prefeitura de Belo Horizonte, oriundos do não recolhimento de tributos (ISSQN), devido a isenção concedida na assinatura do Convênio com esse Município, em 31 de janeiro de 1973 e que foi posteriormente revogada pela Prefeitura, seria realizada através de compensação com os créditos que a COPASA possuía com o Município, referentes a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não pagas no período de 1990 a 2002.

Este acordo definiu que o valor de R\$216.765 seria liquidado mediante pagamentos recíprocos em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, de igual valor, sujeitas a juros de 1% (hum por cento) ao

mês e atualização monetária anual pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, pelo IBGE (Notas 07 e 11).

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber registrado é de R\$90.961, sendo R\$68.479 no ativo circulante e R\$22.482 no ativo não circulante (R\$153.174 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$70.696 no ativo circulante e R\$82.478 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu, através do Convênio de Cooperação celebrado em 13 de novembro de 2002, parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As medições atualizadas são apresentadas mensalmente para reembolso, com contrapartida no Ativo Intangível, a título de Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte.

24. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro 2018 está demonstrado a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	182.074	18
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing dentro do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	38.422	24
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	21.195	12
Acordo de Cooperação Técnica ⁽¹⁾	9.669	10

⁽¹⁾Em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica celebrado pelo Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Secretaria de Estado de Obras e Transportes Públicos – SETOP, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC, Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM e Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, objetivando suprimir os riscos de rompimento da barragem da Mina de Engenho D'Água, no município de Rio Acima, que se encontra paralisada desde 2011 e foi abandonada pelo Empreendimento Mundo Mineração, restou à Companhia o compromisso de preservação da captação do Rio das Velhas, por meio de conservação e manutenção de gramíneas nos maciços das barragens, desobstrução e limpeza das canaletas de drenagem, remoção das obstruções do sistema extravasor da barragem, bem como a recuperação e manutenção dos acessos para a barragem, cercamento e sinalização do local. Além disso, já está em processo de contratação, os serviços de engenharia, bem como o detalhamento dos projetos para contenção, sistemas de drenagem e tratamento dos resíduos.

25. Política de Seguros

A Companhia e sua subsidiária contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

Em 10 de maio de 2018, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

26. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora / Consolidado	
	2018	2017
Juros capitalizados (Nota 09)	51.377	28.237
Encontro de Contas com Estado de MG (Nota 23)	48.492	15.543
Total	99.869	43.780

27. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de prestação de serviço de água e esgoto	4.593.750	4.405.117	4.623.569	4.433.472
Resíduos sólidos	2.510	399	2.510	399
Receita de construção	496.891	302.663	538.112	302.663
Total receita bruta	5.093.151	4.708.179	5.164.191	4.736.534
Tributos sobre vendas	(424.148)	(407.510)	(426.906)	(410.133)
Receita líquida	4.669.003	4.300.669	4.737.285	4.326.401

(*) Detalhamento da Receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita direta de água	2.600.852	2.504.010	2.621.164	2.523.283
Receita direta de esgoto	1.466.500	1.398.652	1.472.512	1.404.404
Receita bruta de venda de produtos	-	-	-	-
Resíduos sólidos	2.423	399	2.423	399
Total receita direta	4.069.775	3.903.061	4.096.099	3.928.086
Receita indireta de água	85.994	82.330	86.731	83.024
Receita indireta de esgoto	16.343	12.615	16.343	12.628
Total receita indireta	102.337	94.945	103.074	95.652
Receita de construção	496.891	302.663	538.112	302.663
Total da receita líquida	4.669.003	4.300.669	4.737.285	4.326.401

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reversão de provisão não dedutível	30.984	146.303	31.083	146.670
Recuperação de contas baixadas	145.221	77.933	147.313	79.734
Ressarcimento programa de saúde	1.375	594	1.375	594
Alienação bens imobilizados	9.585	-	9.585	-
Outras receitas	8.970	22.966	9.128	23.254
Total outras receitas operacionais	196.135	247.796	198.484	250.252

28. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos (Pessoal)	1.303.234	1.227.550	1.321.311	1.243.441
Materiais	145.460	140.412	150.287	144.488
Serviços de terceiros	955.414	876.830	970.584	890.677
Gerais	140.662	129.564	141.706	130.740
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	252.768	198.670	255.902	201.509
Provisões para perdas materiais obsoletos	332	713	397	713
(-) Créditos tributários	(110.713)	(120.357)	(112.117)	(121.477)
Custos Serviços vendidos+despesas com vendas e administ. (sem deprec./amort e custo construção)	2.687.157	2.453.382	2.728.070	2.490.091
Depreciações e amortizações	567.988	563.996	568.409	563.996
Custos Serviços vendidos+despesas com vendas e administrativas (sem custo de construção)	3.255.145	3.017.378	3.296.479	3.054.087
Custos de construção (*)	496.891	302.663	538.112	302.663
Custos dos Serviços vendidos+despesas com vendas e administrativas	3.752.036	3.320.041	3.834.591	3.356.750
Provisões para demandas judiciais	68.266	163.141	69.514	163.299
Participação dos empregados nos lucros	36.913	35.236	36.913	35.236
Outros	71.347	63.681	72.296	64.655
Despesas operacionais líquidas	3.928.562	3.582.099	4.013.314	3.619.940
Custos	2.813.073	2.461.999	2.887.675	2.490.995
Despesas	1.115.489	1.120.100	1.125.639	1.128.945

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	31.379	20.719	31.379	20.719
Materiais	81.538	71.372	82.887	71.372
Equipamentos	39.971	13.749	40.237	13.749
Serviços de terceiros	292.049	171.384	331.652	171.384
Custos de financiamentos	49.907	24.768	49.907	24.768
Outros	2.047	671	2.050	671
Total dos custos de construção	496.891	302.663	538.112	302.663

29. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários	698.531	676.427	709.069	686.204
Custos previdenciários	216.608	203.979	219.553	206.679
FGTS	57.807	55.860	58.574	56.552
Contribuição para plano de pensão	44.264	39.322	44.264	39.322
Programa de alimentação	183.628	160.697	186.444	162.861
Programa de saúde	79.182	70.075	79.667	70.480
Outros benefícios	23.214	21.190	23.740	21.343
Total	1.303.234	1.227.550	1.321.311	1.243.441
Número de empregados (não auditado)	11.547	11.262	12.001	11.681

30. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros ativos	22.549	22.606	22.840	22.933
Rendimentos com aplicações financeiras	29.614	57.966	30.484	60.017
Receita de variação monetária e cambial	18.325	12.866	18.360	12.882
Receita de ativos financeiros/outros	51.201	45.101	51.249	45.102
Tributos sobre receita financeira	(5.127)	(6.394)	(5.185)	(6.506)
Total de receita	116.562	132.145	117.748	134.428
Encargos sobre financiamentos ⁽¹⁾	(194.061)	(238.884)	(194.062)	(238.899)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(98.696)	(93.117)	(98.696)	(93.116)
Outras despesas	(15.511)	(404)	(15.573)	(426)
Total de despesa	(308.268)	(332.405)	(308.331)	(332.441)
Resultado financeiro	(191.706)	(200.260)	(190.583)	(198.013)

⁽¹⁾ Incluídos encargos sobre financiamento da Libertas no valor de R\$6.482 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.729 em dezembro de 2017).

⁽²⁾ Incluídas despesas de variação monetária da Libertas no valor de R\$2.231 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.571 em dezembro de 2017).

31. Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de vida longa

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso, nos termos do CPC 01. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2018, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida e custo de capital até o prazo remanescente dos contratos de concessões vigentes ou em processo de renovação e o resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (“*impairment*”) de ativos de vida longa.

32. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão informados nos itens 2, 3, 7, 8, 9, 15 e 16 do Relatório de Administração.

33. Eventos Subsequentes

Negociação de dívidas

Em 23 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, conforme Artigo 28, Inciso XXIII do Estatuto Social, as condições para negociação da dívida do Hospital Evangélico, localizado no município de Belo Horizonte, no valor de R\$19.993 até 31 de dezembro de 2018, com concessão de desconto e subvenções, resultando em um débito líquido de R\$4.825 que será parcelado em 240 (duzentas e quarenta) parcelas de R\$20.

Oferta Pública de Debêntures CVM 476

Em 23 de janeiro de 2019, foi deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia e recomendado para aprovação da Assembleia Geral, a Contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio da 14ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o regime de garantia firme, em até duas séries, no valor de R\$ 350.000 a ser emitida nos termos da Instrução Normativa CVM nº 476. A Assembleia Geral Extraordinária, prevista para 22 de fevereiro de 2019, visando aprovar essa contratação, foi cancelada em 21 de fevereiro de 2019, por solicitação do representante do Acionista Majoritário.

Rompimento barragem Mina do Feijão em Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, devido ao rompimento da barragem de mineração da Mina do Feijão, em Brumadinho, a COPASA MG executou ações visando identificar e mitigar os riscos à operação da Companhia. Assim, preventivamente, fechou as comportas da unidade de captação de água no rio Paraopeba para preservação das instalações da captação, cujos ativos não sofreram deterioração, portanto, não foram comprometidos. A interrupção dessa captação não irá comprometer a distribuição de água potável, já que os sistemas de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte são interligados, e as represas do Rio Manso, Serra Azul, Vargem das Flores e a captação, a fio d'água, do Rio das Velhas estão com os níveis de água em plena capacidade para a continuidade e a normalidade do abastecimento de água para a população, garantindo o suprimento regular de água durante os próximos períodos de estiagem 2019/2020. Nenhuma das fontes de fornecimento de água mencionadas, foi afetada pelo acidente e todas operam em condições normais, até a presente data. Ademais, o volume armazenado nessas represas em fevereiro de 2019, cerca de 200 milhões de m³, garante o suprimento regular de água para a população durante os próximos períodos de estiagem 2019/2020.

Definição do percentual de distribuição do Lucro Líquido sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

A Diretoria Executiva, em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2019, recomendou para deliberação do Conselho de Administração, a distribuição, no exercício de 2019, de 25% do Lucro Líquido (ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76), a título de remuneração aos acionistas, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Em 28 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração, deliberou pela distribuição, no exercício de 2019, de 25% do Lucro Líquido, a título de remuneração aos acionistas sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).